



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO

30/06/2016 - 16ª - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) - Declaro aberta a 16ª Reunião ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A primeira parte da nossa reunião se destina à realização de sabatinas, e eu já peço que a Secretaria conduza até o plenário da Comissão os sabatinados de hoje, que são o Embaixador Antonio José Vallim Guerreiro, o Embaixador Appio Claudio Muniz Acquarone Filho, e o Embaixador Márcio Cambraia.

Por favor.

Tudo bem, Embaixador?

O SR. ANTONIO JOSÉ VALLIM GUERREIRO (*Fora do microfone.*) - Bem, e o senhor?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) - Muito frio lá em Moscou?

O SR. ANTONIO JOSÉ VALLIM GUERREIRO (*Fora do microfone.*) - Muito.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) - O Embaixador Antonio José Vallim Guerreiro foi indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo. O autor é o Presidente da República. O Relator *ad hoc* foi o Senador José Agripino.

Eu passo a palavra ao Embaixador Guerreiro, que já esteve aqui nesta Comissão em outras ocasiões, para que ele faça a sua exposição no tempo de 20 minutos. Se for necessário mais...

O SR. ANTONIO JOSÉ VALLIM GUERREIRO - Sr. Presidente, Srs. Senadores, para mim é uma grande honra estar, mais uma vez, perante esta Comissão, na expectativa de ser aprovado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Bélgica e a Luxemburgo.

Estou em Moscou há dois anos e meio e tenho a honra de fazer a minha explanação.

Sr. Presidente, eu pretendo falar por dez minutos, mas estarei pronto a responder eventuais perguntas que os Senadores quiserem formular.

A Bélgica é um país relativamente jovem, tendo se tornado independente da Holanda em 1831, pouco depois da independência do Brasil.

O reino jamais dispôs de um governo federal forte. Rivalidades entre as regiões da Valônia, que fala francês, e de Flandres, que fala holandês, ainda não foram totalmente superadas.

No passado, houve uma supremacia político-econômica da parte francesa; hoje, esse cenário se inverteu, e a parte flamenga tem um maior dinamismo econômico.

O país é, na prática, uma monarquia parlamentarista. O Rei Filipe, que assumiu o trono em julho de 2013, após a abdicação de seu pai, Alberto II, desempenha importante função de reforço, sentimento da unidade nacional. Nós temos, hoje em dia, um primeiro-ministro que é chefe de um governo de coalizão e que é francófono.

Com praticamente 11 milhões de habitantes, a Bélgica é um dos 20 países mais ricos do mundo. O país vem implementando um rigoroso programa de contenção com cortes nos gastos e reforma no sistema previdenciário. Projeta-se um crescimento de mais de 1% da economia do país neste ano, 2016, com inflação de 0,3%, e desemprego de 8,3%.

É um país com amplas liberdades econômicas, com baixa prevalência de corrupção e custos relativamente baixos para o estabelecimento e operação de empresas.

A boa oferta de trabalhadores especializados e políglotas, além das excelentes características geográficas e logísticas do país, tornam-no base preferencial para o estabelecimento de unidades de produção e centros de distribuição.

O PIB de aproximadamente US\$4 bilhões é dividido essencialmente entre serviços, praticamente 70%; indústrias, 15%; e a agricultura representa menos de 1%.

O avançado nível tecnológico faz da Bélgica uma grande exportadora de serviços mesmo a setores nos quais não há indústria doméstica, como, por exemplo, o do petróleo.

No campo da política exterior, Bruxelas confere prioridade à diplomacia econômico comercial e à defesa dos valores liberais, das liberdades políticas, das eleições e dos direitos humanos no mundo.

A Bélgica almeja ser uma porta de entrada na União Europeia e para isso busca promover as suas vantagens comparativas; em particular, no setor de logística e de transporte, pontos fortes de sua economia.

Enfim, Bruxelas é considerada a capital da Europa por ser a sede da Comissão Europeia.

O Brasil e a Bélgica mantêm laços históricos de amizade e cooperação desde a independência, quase simultânea dos dois países.

O Rei Alberto I foi o primeiro soberano europeu a visitar o Brasil, em 1920. Durante a nossa monarquia, nenhum monarca veio; veio durante a chamada República Velha. E, desde o princípio do século XX, empresas belgas desempenham papel de destaque na industrialização brasileira, sobretudo no ramo siderúrgico, que teve na Companhia Belgo-Mineira, um dos pioneiros no país. Inclusive, a mulher do Rei Afonso I, a Rainha Elizabeth, deu nome a uma rua no Rio de Janeiro que liga Copacabana a Ipanema.

A Bélgica possui...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) - A Rainha Elizabeth da Bélgica?

O SR. ANTONIO JOSÉ VALLIM GUERREIRO - Da Bélgica. Quando veio ao Brasil. Pensam que é a da Inglaterra, mas não é.

A Bélgica possui o segundo maior estoque de investimento estrangeiro direto no Brasil - pouca gente sabe disso -; por volta de 63 bilhões, que é o efeito do investimento da InterBio na Ambev, atrás apenas dos Estados Unidos.

O Brasil tem significativo poder de atração junto ao empresariado belga, pois é visto como um dos mercados mais promissores do mundo.

Destacam-se, como principais destinos dos investimentos belgas no Brasil, os setores químico, alimentício, aeronáutico e de energia.

O empresariado brasileiro é fortemente atraído pela posição estratégica da Bélgica, particularmente do porto de Antuérpia, portão de acesso ao mercado europeu.

O principal destino das exportações belgas, como não poderia deixar de ser, são os países da União Europeia. O principal é a Alemanha, seguida da França, dos Países Baixos, do Reino Unido, e, depois é que vêm os Estados Unidos.

Os principais países dos quais a Bélgica importa são os Países Baixos, a Alemanha, a França, os Estados Unidos, o Reino Unido e outros.

O intercâmbio comercial entre o Brasil e a Bélgica soma mais de US\$5 bilhões, com um superávit pequeno para o Brasil. Para vocês terem uma ideia de o que significa isso, a Rússia, onde estou, que tem uma economia mais ou menos da mesma ordem de grandeza da brasileira - por volta de US\$2 trilhões -, tem um intercâmbio comercial com o Brasil que não chega, hoje em dia, a US\$4 bilhões. É verdade que tanto a Rússia quanto o Brasil estão em crise. Mas, enfim, o fluxo comercial com a Bélgica é maior do que o fluxo comercial com a Rússia.

As exportações brasileiras para a Bélgica: principalmente, nós temos preparações hortícolas, café, tabaco e sucedâneos, minérios, plásticos, pastas de madeira, e outros. E nós importamos da Bélgica basicamente farmacêuticos, químicos, orgânicos, máquinas mecânicas, plásticos, adubos, automóveis, e outros.

Sr. Presidente, eu tenho uma série de números aqui que eu poderia recitar para a Comissão, mas não vou cansá-los. Vou apenas dizer, antes de concluir, que é esperada a vinda do Rei Filipe da Bélgica para os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro. Eu entendo que ele virá com a sua família.

E também é o caso do Grão-Duque de Luxemburgo, que virá para os Jogos Olímpicos, porque ele é membro, inclusive, do Comitê Olímpico Internacional.

É um país que tem a renda *per capita* mais alta do mundo. São, basicamente, US\$100 mil por ano. É a renda *per capita* mais alta do mundo e é um país que tem grandes interesses econômicos aqui no Brasil. Eu tenho dados aqui sobre as nossas relações com o Grão-Ducado de Luxemburgo e, se depois alguns dos Senadores membros da Comissão tiverem interesse, eu tenho e terei o maior prazer em complementar as informações.

Eu agradeço muito a atenção de todos e peço-lhes perdão pela brevidade da minha intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) - Intervenção breve, mas que nos trouxe os elementos necessários para avaliar o tamanho da sua missão, da missão que o espera. E nos esclareceu a respeito de quem é a Rainha Elizabeth que deu o nome à rua no Rio de Janeiro, porque eu vivi 71 anos crente que aquela Elizabeth era a da Inglaterra. Agora eu caí das nuvens. (*Risos.*)

De repente, é belga.

Eu vou fazer muito brilhareco com essa informação por aí afora e vou dar direitos autorais ao senhor.

Muito bem, nós vamos ouvir agora o Embaixador Márcio Cambraia, que foi indicado pelo Sr. Presidente para a Embaixada do Brasil em Praga.

Em 2013, eu tive o privilégio de acompanhar o nosso querido e saudoso Luiz Henrique em uma missão parlamentar à República Tcheca. Aliás, estive também na Rússia com o senhor, na companhia do Luiz Henrique.

O SR. MÁRCIO FLORÊNCIO NUNES CAMBRAIA - Ele faleceu uma semana depois.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) - Exatamente. Uma semana depois o Luiz Henrique faleceu.

Quando fomos à República Tcheca, havia na comitiva o Senador Jarbas Vasconcelos, a Senadora Ana Amélia, o Senador Jorge Viana e a Senadora Lídice da Mata.

A República Tcheca é um caso bem-sucedido de transição pós-soviético, e espero que continue assim. Existe uma cooperação promissora com o Brasil na área da Defesa. A expectativa é de que as Forças Armadas tchecas possam adquirir o nosso KC-390. E há também um déficit de visitas de alto nível entre o Brasil e a República Tcheca que eu sei que vai ser sanado.

Embaixador, V. Ex^a tem a palavra então.

O SR. MÁRCIO FLORÊNCIO NUNES CAMBRAIA - Saúdo o Sr. Presidente, Senador Aloysio Nunes Ferreira, as Sr^{as} Senadoras, os Srs. Senadores. Registro, junto com os meus cumprimentos, agradecimento aos meus Relatores, Senador Edison Lobão e Senador Lasier Martins, pela gentileza de suas considerações.

É uma grande honra para um diplomata ser submetido à sabatina na Comissão de Relações Exteriores e Defesa do Senado Federal. Trata-se de processo no qual o exame da indicação do Poder Executivo para a chefia de missão diplomática simboliza a independência e a harmonia entre os Poderes da República no sistema de pesos e contrapesos, o *checks and balances* dos anglo-saxões, essencial para a plenitude das instituições republicanas. O Poder Legislativo, por meio do Senado Federal, dá a chancela da legitimidade mais ampla à indicação do Executivo.

A República Tcheca situa-se no centro da Europa e faz fronteira com a Alemanha, a Áustria, a Eslováquia e a Polônia. É um país com pouco menos de 80 mil quilômetros quadrados e 11 milhões de habitantes, dotada de grande homogeneidade étnica e elevado nível cultural e de vida.

A capital, Praga, é uma das mais conhecidas cidades da Europa, colocando-se como tradicional polo turístico do centro europeu.

Como fatores essenciais para a compreensão da formação e configuração atual do país, destaquem-se a criação da Tchecoslováquia, em 1918, após a Primeira Guerra Mundial e o esfacelamento do Império Austro-Húngaro; a anexação, pela Alemanha nazista, em 1939, quando estatuiu o Pacto de Munique, de 1938, entre Alemanha, Itália, França e Reino Unido; a tomada do poder pelos comunistas, em 1948; e, finalmente, a Primavera de Praga, de 1968. Ademais, registre-se a Revolução de Veludo, em 1993, que derrotou o comunismo, ocasião em que se deu a separação da Eslováquia e o surgimento da República Tcheca.

Austro-Húngaro; a anexação pela Alemanha nazista, em 1939, quando estatuiu o Pacto de Munique, de 1938, entre Alemanha, Itália, França e Reino Unido; a tomada do poder pelos comunistas, em 1948; e, finalmente, a Primavera de Praga, de 1968. Ademais, registre-se a Revolução de Veludo, em 1993, que derrotou o comunismo, ocasião em que se deu a separação da Eslováquia e o surgimento da República Tcheca.

Os longos períodos de ocupação estrangeira deixaram marcas profundas e influenciaram a identidade do povo tcheco. Os dois eventos mais recentes, a Primavera de Praga e a Revolução de Veludo, ambos não violentos, contribuem para entendermos a necessidade tcheca de afirmar a sua nacionalidade e destacar a sua independência. Esses dois acontecimentos situam-se no contexto da Guerra Fria: a Primavera de Praga em seu pleno vigor e, já no seu fim, a Revolução de Veludo, dando lugar à nova configuração do sistema internacional.

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, seguiu-se uma conformação de poder internacional que se caracterizou basicamente como um sistema bipolar, com a divisão do mundo em dois campos profundamente rivais, liderados pelos Estados Unidos, de um lado, e pela União Soviética, de outro. Esses dois campos disputavam hegemonia nos domínios político, ideológico, econômico, militar, embora não tenham chegado a confronto bélico direto.

A acirrada de rivalidade junto com a ausência de luta militar direta entre as duas superpotências levou à denominação histórica de Guerra Fria para o período. Essa fase, que durou até a derrocada da União Soviética, em 1991, pode ser caracterizada como jogo de soma zero, no qual a vitória de um dos contendores em qualquer área correspondia direta e simetricamente à derrota do outro. Assim, as exigências de alinhamento e lealdade dos países líderes em relação aos componentes dos blocos eram extremamente elevadas. Ademais, duas estruturas militares de segurança coletiva, a Otan e o Pacto de Varsóvia, colocavam-se frente à frente e eram a garantia militar que forçava e obrigava o alinhamento.

Esse quadro histórico mostra a importância da Primavera de Praga, quando a nação tcheca teve a coragem de desafiar com medidas de liberalização o domínio comunista exercido pela União Soviética em levante que foi debelado pelas tropas do Pacto de Varsóvia.

Já no processo do fim da Guerra Fria, na fase de derrocada da União Soviética, o povo tcheco, de forma não violenta, levantou-se contra a dominação e derrotou o controle comunista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que vinha desde 1948, em movimento que ficou conhecido como Revolução de Veludo.

Tanto a Primavera de Praga quanto a Revolução de Veludo espelham a importância que a República Tcheca dá à sua autonomia e a um perfil próprio em sua colocação no mundo.

No plano interno, a República Tcheca caracteriza-se como uma democracia parlamentarista, na qual o chefe de estado, Presidente da República, é eleito por voto popular, desde 2013, para mandato de cinco anos, podendo ser reeleito por uma vez consecutiva. Existe a possibilidade de segundo turno.

O Primeiro-Ministro, chefe de governo, é indicado pelo Presidente e submetido à votação do Parlamento bicameral, sendo a Câmara dos Deputados composta por 200 membros e o Senado por 81.

Há uma disputa por protagonismo e por influência política entre o Primeiro-Ministro e o Presidente, com tendência a uma hipertrofia do cargo de Presidente.

O sistema partidário é fragmentado, com amplo arco de agremiações, desde o Partido Comunista até a extrema direita nacionalista. Mas a ruptura ideológica com o comunismo é definitiva, e os valores democráticos, enraizados.

O atual Presidente é Milos Zeman, desde 2013, e o atual Primeiro-Ministro, Sobotka.

Eu peço desculpas pela minha pronúncia aqui de algumas palavras tchecas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) - O Senador Tasso Jereissati poderá socorrê-lo em matéria linguística. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) - Ele está aqui atento à correção da pronúncia.

O SR. MÁRCIO FLORÊNCIO NUNES CAMBRAIA - E o atual Primeiro-Ministro, Bohuslav Sobotka, desde 2014, ambos de centro-esquerda.

Com um PIB de US\$340 bilhões, pelo critério de paridade do poder de compra, e renda per capita de US\$30 mil, a República Tcheca está em 28º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A expectativa de vida é de 80 anos. O índice de alfabetização aproxima-se dos 100%, e o índice de desemprego está em 6%.

A República Tcheca é dotada de uma base industrial muito forte, destacando-se a produção de máquinas pesadas, de material de transporte - inclusive é muito conhecida a marca de automóveis Skoda - e de material bélico.

A essa capacidade industrial soma-se uma dinâmica vocação exportadora. A balança comercial do país, tradicionalmente superavitária, reflete a competitividade das empresas tchecas. A União Europeia, da qual o país é membro desde 2004, é o principal destino das exportações tchecas. Em 2015, a União Europeia absorveu mais de 80% das vendas, com realce para a Alemanha, a Eslováquia e a Polônia.

A República Tcheca beneficia-se de sua posição central na Europa, onde se firma como polo distribuidor de mercadorias. Para isso contribui também a boa infraestrutura de transportes.

É interessante observar que, depois da Revolução de Veludo, de 1993, foi empreendido um amplo programa de reforma do sistema econômico. Passou-se de uma economia centralmente planejada, inclusive pelo Comecon (Conselho para Assistência Econômica Mútua), organização econômica liderada pela União Soviética, para uma economia de mercado.

Eu era muito curioso sobre como foi essa transição e achei extremamente interessante. O primeiro passo foi o saneamento das finanças públicas, seguido pelo programa de privatização. Esse programa teve três aspectos: primeiro, a transferência para o setor privado de micro e pequenas empresas, uma transferência direta; segundo, a transformação de órgãos e entidades estatais em empresas, na forma de sociedades por ações e posterior venda ao público, com financiamento estatal ou estrangeiro; terceiro, a devolução de ativos aos antigos proprietários de antes da tomada do poder pelos comunistas.

A transição para uma economia de mercado foi um êxito. A República Tcheca tem apresentado um dos maiores índices de crescimento no âmbito da União Europeia, da qual, como já dito, passou a participar desde 2004, embora não faça parte da Zona do Euro.

As consequências da crise internacional de 2008 foram ultrapassadas e o crescimento do PIB foi de aproximadamente 4% em 2015.

A vocação exportadora tcheca causa também certa vulnerabilidade, o que tem levado o país a uma política comercial ativa na busca de novos mercados, como a China, inclusive.

A atual política externa da República Tcheca procura destacar a sua independência e marcar o país como firmemente inserido na União Europeia e como membro da Otan. A afirmação de autonomia busca mostrar contraste com o passado de dominação comunista.

A diplomacia tcheca dá muita importância ao V4, o Grupo de Visegrád, mecanismo de coordenação que reúne a República Tcheca, a Polônia, a Hungria e a Eslováquia. Esse grupo trabalha no sentido de estreitar as relações entre seus participantes nos campos econômico e comercial, inclusive porque os quatro países são membros da União Europeia e têm um PIB conjunto de mais US\$1,7 trilhão.

O Grupo de Visegrád, assim chamado por causa do castelo húngaro onde foi criado, em 1991, dedica-se também à coordenação política e atualmente está muito ativo contra a diretiva europeia de aceitação de imigrantes.

O Brasil relaciona-se ininterruptamente com Praga desde 1918, data da criação da Tchecoslováquia. Em 1933, o Brasil reconheceu imediatamente a República Tcheca, logo após a separação da Eslováquia. Nosso País, apesar das dificuldades atuais, é visto como um parceiro de grande potencial pela dimensão de sua população e de seu mercado. No entanto, as relações bilaterais estão aquém de suas possibilidades. O comércio bilateral, da ordem de US\$500 milhões, pode ser expandido. O Brasil, deficitário nesse comércio, pode aproveitar o fato de a República Tcheca, por sua localização geográfica e infraestrutura, ser um *hub*, um centro estratégico de distribuição para toda a Europa central.

O Brasil exporta produtos com uma relação de manufaturados de aproximadamente 67% e importa com uma relação de manufaturados de 99%. O Brasil exporta carnes, bebidas, sucos, café, tabaco, ração, polpa, madeira e celulose, principalmente, e importa máquinas, equipamentos elétricos, veículos pesados, material aeronáutico e material de aparelhos de precisão.

As relações do Brasil com a República Tcheca têm sido impulsionadas por visitas, como a do Presidente Collor, em 1990, a do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1996, e a do Presidente Lula, em 2009.

O Presidente desta Comissão de Relações Exteriores, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, como já recordou aqui, esteve em Praga em 2013, no âmbito da missão do Grupo Parlamentar de Amizade entre os dois países. Dessa missão, participaram a Senadora Lídice da Mata, o Senador Jarbas Vasconcelos e o Senador Jorge Viana.

Em 2013, veio ao Brasil o Senador Milan Stech, Presidente do Senado da República Tcheca.

Está melhorando, não é Senador? Melhorando aos pouquinhos.

Antes, em 2011, o Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara de Deputados Tcheca, David Vodrazka, com comitiva de Parlamentares, foi recebido nesta Comissão de Relações Exteriores, presidida, à época, pelo Senador Fernando Collor. Da parte tcheca, destaca-se, ademais, as visitas do Primeiro-Ministro Václav Klaus, do Presidente Václav

Havel e do Primeiro-Ministro Jiri Paroubek, em 2008. Programada para abril deste ano, a visita do então Vice-Presidente, Michel Temer, não se realizou.

A diplomacia tcheca, em razão de necessidade que tem o país de afirmar seu perfil próprio de atuação e a sua autonomia, tem mostrado desejo de que o Brasil aumente as visitas de alto nível àquela República. Ademais, os diplomatas tchecos sempre reiteram o reconhecimento do potencial do Brasil, apesar das dificuldades. Registre-se que há, como moldura institucional, um acordo de cooperação econômica industrial firmado em 2008, e a área de cooperação em matéria de Defesa configura um campo importante e promissor das relações bilaterais.

Em 2010, foi firmado, entre os dois países, acordo de cooperação em matéria de Defesa. A Embraer e a Aero Vodochody, uma empresa aeronáutica, estão cooperando na construção da aeronave de carga KC-390, e a Aeronáutica tcheca poderia adquirir cargueiros. O treinamento de pilotos de caça *gripen* empregados pelos tchecos, que possuem simuladores adequados, e o intercâmbio de dados e experiências técnicas são também áreas que merecem empenho.

A República Tcheca tem tradição na indústria de material bélico e é detentora de importante tecnologia. Para o Brasil, a aproximação, em matéria de Defesa, apresenta a vantagem de que a República Tcheca, naturalmente por sua dimensão, não tem pretensões de projeção internacional, mas ampla, e, portanto, não exige contrapartida política para a cooperação. Creio que este mesmo raciocínio aplica-se à cooperação científica e tecnológica. Por exemplo, na bioquímica, na biofísica e numa área muito importante de desenvolvimento, que é a nanotecnologia.

É simbólico para o relacionamento entre os dois povos irmãos o fato de que o Presidente Juscelino Kubitschek era descendente de tchecos. O seu bisavô veio para o Brasil em 1823. Essa é uma demonstração da capacidade de integração do povo brasileiro.

Se eu tiver a honra de ter meu nome aprovado por V. Ex^{as} para representar o Brasil perante a República Tcheca, pretendo dar destaque ao aperfeiçoamento das relações bilaterais tanto no plano político, cultural, científico e tecnológico,...

(Soa a campanha.)

O SR. MÁRCIO FLORÊNCIO NUNES CAMBRAIA - ... quanto no âmbito da promoção comercial. No plano político, com o estreitamento dos contatos entre os dois governos, para o que será vital o incremento de visitas de autoridades brasileiras. Missões de Parlamentares poderão dar impulso às relações entre os dois países, ampliando e legitimando a ação diplomática. No campo cultural, cabe a disseminação de uma imagem positiva e diversificada de nossa cultura, e, no plano comercial, o dedicado estudo para identificação de oportunidades para as exportações brasileiras e o apoio a nossos empresários. Creio, ademais, que a cooperação na área de Defesa, que já conta com a moldura institucional do acordo de 2010, deve merecer atenção específica da nossa representação na República Tcheca.

Agradeço muito a atenção e, naturalmente, estou à disposição de V. Ex^{as} para qualquer esclarecimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) - Obrigado, Embaixador.

Eu passo a palavra agora ao Embaixador Appio Acquarone, que foi indicado pelo Senhor Presidente para nos representar na República do Gabão.

Mas, antes de passar a palavra ao Embaixador, eu gostaria de fazer menção a um relatório de gestão do Embaixador Bruno Cobuccio, que hoje está à frente da nossa missão diplomática em Libreville, e o relatório está disponível no *site* do Senado. E, nesse relatório, constata-se uma dificuldade enorme decorrente da distância entre o desejo, a vontade, a política de presença na África. E há, em muitas circunstâncias, a precariedade das condições de trabalho dos nossos representantes e a realidade material do Itamaraty.

Eu vou ler apenas um trecho desse relatório, que, repito, está à disposição de todos no *site* do Senado.

Desde março de 2014, encontro-me só, sem um segundo (ou terceiro) diplomata, e nem sequer conto com a ajuda de um Oficial de Chancelaria. Trabalhar sozinho, sem a ajuda de outro diplomata, e de um corpo de funcionários capaz, ágil e motivado, é muito difícil e contraproduzitivo para os interesses brasileiros. [...]

A questão, porém, não diz respeito apenas à quantidade de funcionários, mas sobretudo à sua qualidade. É fundamental poder contar com funcionários capazes, trabalhadores e motivados, o que, infelizmente, não é a regra em países sabidamente "difíceis" e "complicados" como o Gabão.

Eu sugiro que esse relatório sirva de insumo para o trabalho destacado do Senador Jereissati, de avaliação das políticas públicas, que este ano se dedicará ao exame do papel do Itamaraty.

Eu passo a palavra ao Embaixador Appio Acquarone.

O SR. APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO - Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, fico muito satisfeito após a leitura, pelo Presidente desta Comissão, do relatório do presente e corrente Embaixador do Brasil em Libreville, a quem, se eu merecer a honra de ser aprovado por V. Ex^{as}, deverei suceder.

O contraste que se põe, logo a princípio, entre as palavras lidas pelo Senador e especialmente o que o Gabão espera do Brasil, é enorme. Já estive, claro, nas esferas administrativas do Itamaraty, comentando esse relatório, e sei que para mim vai ser um desafio muito grande, porque nós não estamos em condições administrativas ideais. Eu sei bem disso. Mas isso não me assusta, porque sei muito bem da possibilidade do Itamaraty de bem compreender o que por hoje passam esses postos, como a Embaixada do Brasil em Libreville.

A minha ideia, ao preparar esta conversa, traz-me a obrigação de apresentar alguns dados sobre o Gabão, que é como eu pretendo iniciar esta conversa, passando pelo brevíssimo histórico das relações com o Brasil e terminando com o que eu espero poder realizar, em linhas gerais, à frente da Embaixada do Brasil em Libreville.

Expomos agora na tela a geografia do Gabão. O Gabão é um país pequeno, mais ou menos do tamanho do Estado São Paulo. E, para todo esse tamanho, ele tem 1,3 milhão de habitantes. Traz uma densidade demográfica, então, de cinco habitantes por quilômetro quadrado. Seria mais ou menos como se toda a população do Gabão estivesse na Avenida Paulista no último dos encontros a favor ou contra a situação brasileira. Libreville, a capital, tem 800 mil habitantes, o que seria mais ou menos o bairro de Copacabana no Rio de Janeiro.

Isso contrasta com o enorme potencial econômico do país. O Gabão é hoje o país mais rico da África Subsaariana. Ele dispõe de petróleo, de manganês, de minerais não ferrosos, e, especialmente, está à espera de um gesto nosso.

Ele tem 268 mil quilômetros quadrados, como já disse, é um Estado de São Paulo. Foi independente da França em 1960. Contou, em sua história, com somente três Presidentes da República. Tem uma atuação multilateral de peso razoável dentro da África Subsaariana. Foi membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas de 2010 a 2011, membro da União Africana, da Cúpula América do Sul-África, da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul e, neste momento, propõe, com o Brasil, a criação do Santuário de Baleias do Atlântico Sul. Para um país dessas dimensões, é muito.

Uma economia de US\$21 bilhões de PIB, quatro vezes a economia média dos países subsarianos. Tem o primeiro PIB *per capita* da África, US\$20.612 por pessoa. Para que se tenha uma ideia comparativa, a Líbia, entre os países africanos de outra região, no norte da África, apresenta índices de US\$11.300, quase a metade do PIB *per capita* que o Gabão hoje possui.

O Índice de Desenvolvimento Humano do Gabão atingiu o número 60, em 183 países registrados nesse índice - o Brasil ocupa a posição 72 -; uma dívida pública de 27% do PIB; uma taxa crescimento anual de 4,2% em média, nos últimos seis anos; uma inflação de 3% ao ano; e reservas internacionais da monta de US\$2,3 bilhões.

Exportou, no ano passado - os últimos números são de 2015 -, US\$6,168 bilhões - petróleo, madeiras tropicais, urânio e manganês são seus principais produtos - e importou US\$2,456 bilhões - máquinas e alimentos, principalmente do Brasil. É um país altamente superavitário em sua balança comercial.

O petróleo, que é a sua maior riqueza, foi descoberto em 1970, quando atingiu quantidade suficiente para que o Gabão fosse convidado a integrar a Opep, onde ficou por 20 anos - de 1975 a 1995 -, saiu por motivos de desavença com a política maestra da Organização e acaba de voltar, por convite da própria Organização, em junho deste ano, mês passado. Possui reservas que foram estimadas, em 2005, em 1,827 bilhão de barris. Um dos principais países exportadores para o Gabão é a França, que era a sua metrópole colonial. Aliás, a presença da França é uma presença maciça no Gabão. Inclusive, muitas das exportações brasileiras de produtos alimentícios não são contabilizados na balança comercial entre o Brasil e o Gabão, porque chegam ao país por intermédio das grandes redes de supermercados franceses, principalmente Carrefour e Casino.

Exportações maiores do Gabão foram aos Estados Unidos, 31%; para a China, 13%. Esses dois países já compreenderam bastante bem a importância desse pequeno país, que é um protagonista quando se fala em bons números africanos, que não é exatamente o que se escuta de outros países africanos.

Vão para a indústria de gás, petróleo e carvão 78,5% dos investimentos externos do Gabão. Mais uma vez, os Estados Unidos: 68% dos investimentos no Gabão vêm dos Estados Unidos; a China está há pouco tempo no Gabão, mas atinge o segundo lugar, nos maiores países investidores no Gabão. O Brasil poderia fazer muito mais, bem mais. No que toca a essas relações do Brasil com o Gabão, que datam desde de 1960, quando o país ficou independente - nós abrimos relações diplomáticas no mesmo ano -, uma visita do ex-Chanceler Mário Gibson Barbosa, em 1972, que se tornou para nós um marco histórico no Itamaraty, para a nossa política africana, fez com que estabelecêssemos embaixada em Libreville em 1974. É uma das mais antigas embaixadas que o Brasil mantém na África Subsaariana.

No ano seguinte, em 1975, o Mário Gibson Barbosa esteve no Brasil. Foi a primeira das quatro visitas que fez ao Brasil. Veio também em 1983, em 1992, quando chefiou a delegação gabonesa na Conferência Rio 92, e em 2002.

Em 1976, dois anos após a abertura da Embaixada do Brasil em Libreville, o Gabão abriu uma embaixada em Brasília. Eu não tenho os dados para confirmar aos Srs. Senadores, mas talvez seja a mais antiga embaixada africana residente em Brasília, sem contar os países de língua portuguesa, ex-colônias africanas.

Houve o estabelecimento de uma comissão mista em 1982, que seria o fórum ideal para uma discussão de entendimento bilateral. Houve a visita do Presidente da República, Lula, em 2004. É claro que a visita oficial de um Presidente da República pressupõe uma série de preparações. Se houve a preparação de uma visita presidencial ao Gabão, criou-se uma expectativa no país visitado de enormes proporções.

O Presidente da República tem, claro, uma agenda de visitas muito bem planejada. Se houve a inclusão do Gabão na série dessas agendas anuais, realmente, a expectativa, por parte do Gabão, de uma maior presença brasileira já se impunha e se impõe cada vez mais.

Em dez anos, o comércio do Brasil com o Gabão aumentou mais de dez vezes. Em 2002, exportamos US\$3 milhões para o Gabão; em 2012, chegamos a US\$39 milhões. O melhor ano foi 2008, quando atingimos US\$55 milhões de exportações brasileiras ao Gabão. Nisso se contaram produtos alimentícios, que é a grande parte da pauta exportadora brasileira ao Gabão, e tubos sem costura, especialmente para a indústria de extração de petróleo e gás. E as melhores expectativas de continuação do aumento, do incremento da presença comercial brasileira no Gabão depois de 2012 não apresentaram números ideais. Continuou-se, sim, numa curva ascendente, mas sem a potencialidade que essa perspectiva se abre para nós. Tivemos, em 2013, US\$47 milhões de exportações brasileiras; em 2014, US\$49,5 milhões; em 2015, uma baixa para US\$36,5 milhões.

Falamos, claro, cientes de obstáculos. Há três grandes obstáculos para uma participação comercial do Brasil no Gabão. Em primeiro lugar, a falta de linha de transporte marítimo regular. Essa é a base. Além disso, a reduzida dimensão do mercado gabonês, com 1,3 milhão de habitantes. Porém, creio que esse segundo obstáculo pode muito bem ser contornado se, aproveitando as oportunidades que teremos no Gabão, estabelecermos um centro difusor das exportações brasileiras para toda a região, que inclui Guiné Equatorial, Cameroon e Congo-Brazzaville, essa potencialidade aumenta a olhos vistos.

Nos interesses brasileiros, com um breve histórico, nos anos 70, quando o Gabão integrou a Organização dos Países Exportadores de Petróleo, as vendas gabonesas de petróleo ao Brasil atingiram números consideráveis, a ponto de se estabelecer uma agência do Banco do Brasil em Libreville, para financiar e administrar esse fluxo de vendas de petróleo e, em contrapartida, de introdução de produtos brasileiros.

Mais recentemente, em 2013, Libreville mostrou interesse na compra de aviões Embraer - E190 e E195 - para o desenvolvimento de uma futura linha nacional. Dois aviões foram oferecidos imediatamente pela empresa brasileira, com garantia bancária do Deutsche Bank.

Permitam-me fazer uma pequena digressão: quando um país africano consegue garantias de bancos de primeira linha, como o Deutsche Bank, é um reconhecimento de que esse país pode apresentar muito mais do que apresenta neste momento. Há possibilidade, inclusive, Presidente, da compra do próprio avião KC-390, de transporte militar, que parece já se constituir no próximo sucesso de vendas da Embraer.

A empresa brasileira que mais teve presença, que mais se manteve presente no Gabão é a empresa de ônibus Marcopolo, que já vendeu 149 ônibus para transporte urbano, mais 60 são encomendados para transporte intercity, e propôs-se a criação de um centro de manutenção e formação de mão de obra no país, justamente para atender essa área. Seria esta a ideia que eu havia apresentado antes: fazer do Gabão centro de difusão da produção brasileira.

A Petrobras abriu um escritório no Gabão em 2014, quando se candidatou para a exploração de duas áreas do litoral gabonês. Houve o fechamento do escritório um ano depois, por falta de sucesso na prospecção, além dos problemas internos que conhecemos.

Eu vejo - e aí eu junto no final da minha alocação - a presença brasileira anterior e a presença que pode ser, para nós, a base da linha mestra das nossas atuações na Embaixada em Libreville, se eu tiver a honra de ser aprovado por V. Ex^{as}. Em primeiro lugar, pretendo recuperar a presença das empresas brasileiras no Gabão. Essa preocupação não só se impõe a partir da própria expectativa gabonesa, como sabemos da potencialidade da nossa parte - se possível recuperar e se possível ultrapassar a meta recuperada. Em segundo lugar, a segunda meta para uma atuação política no Gabão seria estabelecer uma cooperação em produção agrícola. O território do Gabão, dada a baixa taxa de densidade demográfica, está à espera de uma programação de produção agrícola. É claro que eu penso nisso com a presença da Embrapa. Temos

um escritório da Embrapa em Gana, na África, que poderia muito bem desenhar um projeto de cooperação técnica para estabelecermos uma presença agrícola no Gabão.

No final desta minha alocução, eu gostaria de falar na mina de Belinga. Belinga é o maior depósito de minério de ferro ainda não explorado no mundo.

(Soa a campanha.)

O SR. APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO - É estimado em 1 bilhão de toneladas. Em comparação com Carajás, em sua melhor época, em que havia uma reserva confirmada de 7 bilhões, não há mais outras grandes jazidas no mundo, a última é a jazida de Belinga.

Na visita do Presidente Bongo ao Brasil, em 2002, quando a Vale do Rio Doce foi uma das protagonistas do lado brasileiro nessa visita, a Vale iniciou operações dois anos após essa visita, em 2004, e as deixou em 2007. Participou da licitação para toda a operação da mina de Belinga, que, no final, foi entregue a uma companhia chinesa. O que se coloca agora é que essa companhia chinesa não foi capaz de desenvolver a mina de Belinga. Essa oportunidade da mina de Belinga compreende uma produção de 20 a 30 milhões de toneladas ao ano, a construção de uma hidrelétrica, a construção de uma ferrovia e a construção de um porto para escoamento da produção. Se conseguirmos fazer com que essa mina de Belinga seja confiada ao Brasil, as perspectivas para as empresas nacionais para a montagem desse complexo são enormes.

Eu creio que - não quero me estender mais - essas poderiam ser as linhas mestras da nossa atuação em Libreville. O Gabão está à espera. Quando essa mina de Belinga foi retomada dos chineses, houve outros contatos, através da Embaixada do Gabão aqui em Brasília e do próprio governo gabonês junto à nossa embaixada em Libreville para retomar o processo de aproximação com as empresas brasileiras.

Então, eu creio que há muito trabalho a fazer. Se eu for honrado com a aprovação de V. Ex^{as}, gostaria de fazê-lo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) - Obrigado, Embaixador.

Eu, antes de passar à intervenção dos Senadores, gostaria de compartilhar com os meus colegas da Comissão uma boa notícia que recebi agora há pouco do Presidente Michel Temer. O Presidente me telefonou para dizer que havia publicado no *Diário Oficial* o decreto contendo a Política Nacional de Inteligência.

Para os Senadores que estão afeitos a esse tema, que militam não só na nossa Comissão, mas também na Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, é uma excelente notícia, porque, há muito tempo, o Poder Executivo estava nos devendo esse decreto. É o decreto que regulamenta a Política Nacional de Inteligência, que foi aprovada pelo Congresso e estava no Palácio do Planalto desde 2010, esperando a sua edição.

Em sucessivas reuniões que tivemos com os ministros responsáveis pela Casa Civil e também pela Segurança Institucional, ao longo do tempo, sempre nos prometiam para o mês que vem - estava em estudos, em elaboração -, e essa foi uma das principais metas de trabalho fixadas pelo Presidente ao Ministro Etchegoyen.

Esse decreto é muito importante, porque, além de nortear as atividades de inteligência no País, que é uma atividade que assume importância cada vez maior no Brasil e no mundo, é um instrumento também de controle por parte do Congresso Nacional, que se exerce através desta Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

Então, é uma excelente notícia, é um esqueleto que está sendo desenterrado, e eu gostaria de compartilhar essa boa notícia com todos os Senadores.

Eu passo a palavra agora ao Senador Lasier, que é o primeiro inscrito.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) - Muito obrigado, Presidente Aloysio.

Presidente, eu tenho, a rigor, uma pergunta a cada um dos nossos eminentes embaixadores. Quero começar pela ordem inversa das apresentações.

Fiquei muito impressionado com o longo, mas rico depoimento do Embaixador Appio Acquarone, que está indo para o Gabão e nos deu uma aula sobre esse país, vizinho de um país muito pobre da África, como o Congo - sabatinamos, na semana passada, o Embaixador que vai para lá, que nos descreveu um quadro muito ruim de um Congo de doenças, guerra civil e miséria. O Embaixador Appio nos mostra um Gabão rico, com uma renda *per capita* invejável na África, um país de petróleo e manganês e de potenciais muito grandes.

Gostei de ouvir o Embaixador Appio dizer que se propõe a recuperar a atuação do Brasil no Gabão, que foi alvo de - pelo que interpreto, e a palavra é minha -, desleixo do governo brasileiro nos últimos anos. Aliás, já comentamos muito aqui, na Comissão de Relações Exteriores, sobre desinteresses, sobre declínios em nossas relações internacionais nos últimos anos. Com a declaração do Embaixador Appio e pela sua disposição, tudo indica que as relações do Brasil vão melhorar muito, porque há potenciais. Este é um país em que temos condições de trocas.

Aqui, nesta nossa Comissão, Embaixador, temos discutido constantemente uma matéria controversa com relação à conveniência ou não de o Brasil ter certas embaixadas. Pelo que sei, o Brasil tem mais embaixadas do que os Estados Unidos, e somos um País em graves, sérias dificuldades econômico-financeiras. Ainda ouvi do Senador Cristovam, na semana passada, que pensa um pouco diferente: onde houver embaixada, sempre haverá algo de positivo para o Brasil. Vimos, na semana passada, foi uma pergunta que formulei, que não temos nada a ganhar com uma embaixada como a do Congo. Mas temos embaixada lá.

V. Ex^a descreveu, há pouco, as dificuldades de grupo de trabalho e, nesse particular, quero lhe perguntar: V. Ex^a está recebendo apoio do Itamaraty para compor um grupo eficiente que possa estabelecer boas relações com proveito para o Brasil? Ainda mais que, pelo que sei, os gaboneses importam 80% de alimentos - se há algo que temos no Brasil para exportar são alimentos. Precisamos avançar muito em agregação de valores etc., mas alimentos nós temos.

Ontem, estive aqui um empresário chinês mostrando o que vai ser a Ferrovia Transcontinental Brasil-Peru, ligando ao Pacífico. E por que os chineses estão interessados no Brasil? Porque nós temos o que eles precisam com aquela superpopulação. Nós temos comida, nós temos alimentos.

(Soa a campanha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) - E o Gabão também precisa de alimentos.

Primeiro, Embaixador, V. Ex^a está tendo o apoio do novo Chanceler, o nosso José Serra, para montar uma equipe de respeito, de valor, que componha o trabalho que V. Ex^a está se propondo fazer? Em que medida vai conseguir acelerar essa relação comercial para a importação de alimentos pelo Gabão?

Com relação ao nosso Embaixador que está indo para a República Tcheca, Márcio Cambraia, tive a honra de recebê-lo em meu gabinete ontem à tarde, porque fui Relator do seu histórico, que é muito rico. O Embaixador Márcio descreveu aqui que nós temos um significativo acordo da empresa Aero Vodochody - se eu estiver errado, peço a colaboração do nosso poliglota Tasso Jereissati, que está atento e que, na semana passada, nos deu aqui uma aula de correção da pronúncia grega e pode nos ajudar hoje no idioma tcheco - com a nossa Embraer, em que vai fornecer equipamentos para o desenvolvimento de um cargueiro militar e vai nos fornecer peças como fuselagem, portas e escotilhas, rampa de carga, bordo de ataque fixo. E nos deu uma ideia de que é um país desenvolvido em tecnologia. Esse é um setor, Embaixador Márcio, em que precisamos muito de desenvolvimento.

Eu tenho a honra de presidir a Comissão de Ciência e Tecnologia, e muito temos nos debatido para conscientizar os brasileiros do quanto estamos atrasados e de que o nosso futuro depende de inovações e investigações tecnológica e científica. Nosso futuro está aí. Nesse particular, V. Ex^a poderá nos dar uma boa contribuição, por exemplo, em transferência de tecnologia para o Brasil. Então, é uma pergunta que quero lhe deixar. Já tive a oportunidade de ouvi-lo e de ter aprendido muito com a sua visita de ontem, mas, nesse particular, eu acho que as boas relações da República Tcheca com o Brasil poderão nos dar bom proveito.

Com relação ao nosso Embaixador Antonio Guerreiro, que está indo para Bruxelas, como ele disse, a Bélgica é um dos 20 países mais ricos do mundo, e, portanto, ele poderá nos ajudar muito, como se já não bastasse a boa relação comercial que o Brasil tem com a Bélgica, que é muito maior do que se pensa, como disse o Embaixador Antonio Guerreiro.

Eu queria lembrar, Embaixador, que tivemos aquele choque dos atentados terroristas em Bruxelas, há pouco tempo, no aeroporto e no metrô, que deixaram um alto número de vítimas fatais e de feridos, em que assumiu a responsabilidade pelos ataques o Estado Islâmico. E, surpreendentemente, isso foi na Bélgica, que é sabidamente um país que tem um belíssimo aparato de defesa, até porque está em Bruxelas a sede do Parlamento Europeu. Com a sua experiência, eu queria lhe perguntar algo. Nós estamos às vésperas de uma Olimpíada, que tem nos preocupado muito, em razão do estágio deprimente, sob o ponto de vista econômico, de repercussão política e de tudo aquilo que se sabe. Quando houve a Copa do Mundo, recebemos aqui mais de 1 milhão de visitantes, e agora vamos receber de novo mais de 1 milhão, sendo que só de jornalistas serão mais de 25 mil. Preocupa-nos muito. Será que não seremos vítimas de atentados?

Então, com o seu conhecimento diplomático, com aquilo que aconteceu com a Bélgica, sendo que nós não temos experiência, não temos preparativos para prevenir desagradáveis surpresas, que palavras de precauções o senhor pode nos

dirigir e nos recomendar? V. Ex^a comunga do temor que temos de que o Brasil poderá ser vítima em função até mesmo da lei que votamos aqui no ano passado, o Estatuto do Estrangeiro, matéria que foi presidida pelo Senador Aloysio, que isenta de visto todos os visitantes? Então, vai entrar aqui quem quiser. Isso nos assusta, nos torna um pouco apreensivos...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) - Aliás, é uma lei *ad hoc* para as Olimpíadas, não é o Estatuto do Estrangeiro. É uma lei extravagante, digamos assim.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) - Exato. Ela recebeu algumas críticas. Eu lembro que li um editorial na *Folha de S.Paulo*, muito crítico. E nos deu tanto trabalho o debate desse tema.

Eu pediria considerações de V. Ex^a, considerando esse grande evento que está aí às portas do nosso calendário.

São as minhas três questões, Presidente Aloysio.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) - Srs. Senadores, eu, infelizmente, devo me ausentar, porque tenho uma consulta médica agora, que é inadiável.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) - Mas V. Ex^a está bem, não é?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Social Democrata/PSDB - SP) - O General De Gaulle, nas suas memórias, se refere ao episódio em que ele comutou a pena aplicada ao Marechal Pétain, que foi condenado à pena de morte e ele comutou para prisão perpétua. Disse o seguinte General De Gaulle: que a velhice é um naufrágio - *la vieillesse est un naufrage*. Consequências da velhice, mas todas previsíveis e não muito graves. Mas eu tenho que ir, com licença.

O Senador Flexa irá presidir a sessão no meu lugar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - Eu consulto os Srs. Senadores se podemos fazer os questionamentos aos Srs. Embaixadores em conjunto para que depois eles possam responder. (*Pausa.*)

Então, pela ordem de inscrição, Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra o Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, antes de entrar no assunto específico, Senador Lasier, eu tentei levantar aqui e o número que me chegou é que os Estados Unidos têm 165 embaixadas e o Brasil, 139.

Se a gente for pelo PIB, o Brasil tem muito mais, mas não é por aí. Se for pelo território, se for pela população, não dá para a gente comparar, mas eu creio que é uma questão de filosofia, de estratégia de uma nação.

Se formos pensar só no curto prazo, o Brasil tem embaixada demais, sobretudo neste momento de crise financeira, mas se a gente pensar como deve, não na estratégia de médio e longo prazo de uma nação com o porte do Brasil, com as expectativas, com os sonhos, com as ambições, eu defendo, mas reconheço que há divergências, que a gente procure ter embaixadas em todos os lugares, primeiro ponto, pelo tamanho estratégico; e, segundo, pela finalidade de uma embaixada.

Eu não vejo a embaixada como uma espécie de posto comercial, como uma espécie de representação comercial. Se for assim, também vamos ter que fechar muitas, até em grandes países, porque não há muito como aumentar o comércio em alguns países grandes, já chegamos ao limite. Às vezes é mais fácil aumentar o comércio no Gabão do que na Bélgica, por exemplo.

Mas não é por aí, é que, de fato, é a presença do País. Quando eu passo de carro pelo lugar onde estão as embaixadas estrangeiras, a gente vê ali nomes, às vezes, de países que nem sabíamos que existiam. E, ao ver, descobre que existe um país no mundo chamado tal. Eu sei que gastar alguns milhares de dólares por mês para isso pode não justificar, mas é uma questão de estar no cenário mundial.

Além disso, um país que hoje não tem importância, de repente tem porque aconteceu uma tragédia, um terremoto ou porque descobriu petróleo. Então, nesse sentido, eu creio que vale a pena abrir as embaixadas.

E, finalmente, o custo não é tão alto quanto parece. Se tiver de escolher entre colocar dinheiro no Itamaraty ou no Ministério da Educação, eu fico na educação, mas na educação a gente precisa, pelo menos, R\$200 bilhões a mais. No Itamaraty, com alguns R\$100 bilhões a mais a gente faz uma diferença muito grande. Então, o custo benefício, a meu ver, compensa, mas é um tema sobre o qual esta Comissão deveria se debruçar mais, na linha de uma estratégia de longo prazo para a nossa política externa.

Dito isso, eu quero chamar a atenção aqui do nosso querido embaixador que vai para a Bélgica, lembrando o seguinte: se eu fosse escolher um país mais diferente do Brasil, entre alguns, a Bélgica seria um. Tudo diferente. Entretanto, estamos

vivendo coisas muito parecidas com outros países também, que são as crises financeira e política, ao ponto de a Bélgica, pelo que eu tenho lido, ter ficado meses e meses sem governo claro, dividido inclusive em duas regiões com características diferentes, com problemas de endividamento, proporcionalmente ao PIB, maior do que o do Brasil, com um déficit quase do tamanho do Brasil.

Então, talvez, a gente tenha algumas coisas a aprender. Quando a gente vê o que o governo belga está fazendo, como acabar com o gatilho salarial, diminuir a contribuição patronal para os sindicatos e aumentar a idade mínima para aposentadoria, parece que a gente está lendo sobre o Brasil.

Então, nesse sentido, eu gostaria de saber, embora possa parecer vaga a pergunta, que experiências o governo belga poderia fornecer ao Governo brasileiro no que tange à conciliação de medidas impopulares para conter a crise e manutenção de direitos sociais? Dito de outra maneira, em vez de experiências que o governo pode fornecer, o que nós podemos, ao olhar a Bélgica, tirar de ensinamentos?

Por exemplo, as greves, as mobilizações foram tão grandes que derrubaram o governo, ou não? O descontentamento da população foi tão grande que tornou impossível manter as próprias medidas, e tiveram de recuar?

São questões que eu fico curioso para saber.

Senador Lasier, embora sobre outro assunto, mas nós sempre compartilhamos, eu creio, posições parecidas, eu creio que a gente precisa separar - vou mudar de lugar para ficar visível no meu tamanho - a ideia de popularidade política de popularidade histórica. Muitas vezes, toma-se uma medida impopular politicamente, naquele instante, mas se não tomarmos, daqui a 20 anos vão cobrar, porque foram medidas necessárias que não foram tomadas. É claro que muitos percebem e dizem que a longo prazo estaremos todos mortos, e o que me interessa o que vão dizer daqui a 20 anos? Mas o político é um pouco um animal que quer ser lembrado, raros políticos querem ser esquecidos rapidamente.

Então, as medidas impopulares tomadas na Bélgica foram políticas impopulares do ponto de vista político, mas historicamente necessárias. A gente precisa aprender isso aqui.

Nós estamos muito viciados na ideia de popularidade e impopularidade política, mediata, do momento e não histórica. Por isso a gente deixa de tomar medidas fugazes.

Eu vou dar um exemplo: eu sou um defensor ferrenho da proposta do Governo atual, que é o teto dos gastos públicos. Passamos anos, décadas, sem levar em conta que gastos têm limite. E aí entramos nessa facilidade de que se pode gastar mais porque não se diz de onde tirar.

Senador Flexa, ontem eu recebi aqui representantes da União Nacional dos Estudantes, preocupados com o fato de que o dinheiro da educação vai diminuir porque agora existe um teto. Eu disse: "Não, eu vou trazer uma proposta para aumentar a educação. Agora, vocês vão ter que me ajudar para apoiar de onde a gente vai tirar. Vocês nunca se preocuparam em defender de onde tirar o dinheiro, só se preocuparam em colocar dinheiro. Vocês, agora, vão ter que lutar para botar mais aqui e tirar mais dali".

Então, isso vai ser positivo para a consciência política brasileira.

A minha pergunta é nesse sentido. A impopularidade política dos governos que cederam levaram à queda de governos? Continuaram os governos?

Ou a gente pode dizer que sobreviveram à impopularidade momentânea, fugaz - como disse o Senador Lobão aqui -, e continuaram.

Sobre o Gabão, eu quero dizer, Embaixador, o que eu falei aqui na semana passada, porque falaram que era um país difícil, nos debates que tivemos. E eu estava dizendo, o embaixador que quiser melhorar o currículo pode até ir para Nova York, mas se quiser melhorar a biografia tem que ir para África. É aí que você tem a chance de demonstrar toda a possibilidade que esse país e esse embaixador têm.

Nesse sentido, eu acho que, do ponto de vista de ter desempenho, eu gostaria de sugerir e pedir a colaboração do nosso Embaixador no sentido de desviar um pouco, não desviar, mas não ficar só na ideia de cooperação econômica, mas incentivar a cooperação cultural, a cooperação na área de educação, por exemplo.

O Gabão é um país que, por estar na posição que está, tem relações históricas com o Brasil por conta até mesmo de escravos, por conta do comércio durante o período colonial mútuo, lá e cá. Então, tenho a impressão que seria interessante poder incentivar cooperações culturais entre os dois países e, também, com operações no sentido de educação. O Brasil tem experiência, não só nisso, o Brasil tem experiências, por exemplo, em políticas sociais. O Bolsa Família, que disseram que o Governo Temer iria acabar e ontem ele aumentou o valor em 12%, o que é algo positivo, muito positivo, é uma experiência que pode acontecer num país como o Gabão, que, inclusive, tem recursos financeiros. Pode, inclusive, daí espalhar para outros países da África. E eu creio que o embaixador do Brasil pode ser um exportador de políticas sociais,

de engenharia social e não só de engenharia de infraestrutura, como nós exportamos muito, com muito sucesso aliás e que poderá vir a ter problemas do ponto de vista ético, por causa da Lava Jato internacional que estão falando, mas, então, a engenharia social do Brasil merece ser considerada.

E quanto à República Tcheca, que para muitos deve ser quase que uma aspiração do ponto de vista da localização daquela cidade maravilhosa, eu queria lembrar, tendo uma taxa de desemprego acima de 10% no Brasil, que medidas do governo tcheco o senhor julgaria meritórias? E que poderiam servir como parâmetro para nós, políticos brasileiros, obviamente guardadas as proporções e desproporções entre nossos países; que poderiam ser utilizadas? O que há de políticas, no sentido de geração de emprego, que poderiam nos servir de orientação no momento que o Brasil atravessa com essa elevadíssima taxa, com mais de 11 milhões e 400 mil compatriotas nossos, hoje, dormindo sem um salário garantido?

Era isso, Srs. Embaixadores, e quero mais uma vez repetir que fico satisfeito em ver o Governo brasileiro procurando embaixadores entre os quadros do Itamaraty, fugindo da tentação de embaixadores indicados por outras razões, como a maior parte dos países faz e o Brasil já fez em diversos momentos.

Tenho a impressão de que ao manter essa tradição, que vem já de alguns anos, o Brasil mantém elevadíssimo nível nas relações entre o Brasil e os países nos quais nós temos representantes.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - Agradeço ao Senador Cristovam Buarque, passo para o próximo Senador inscrito, Senador Hélio José.

V. Ex^a está com a palavra.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) - Quero cumprimentar o nosso nobre Presidente desta reunião, Senador Flexa Ribeiro; dizer que é com muita satisfação que estamos aqui, hoje de manhã, para sabatinarmos o nosso querido Embaixador Antonio José Vallim Guerreiro, indicado para a nossa Embaixada da Bélgica. Eu conheço a Bélgica, conheço Bruxelas, uma cidade realmente maravilhosa e um país lindo. Andei de carro para cima e para baixo ali e também em Luxemburgo. Luxemburgo é um país muito pequeno, mas que tem um intenso turismo e de beleza muito grande.

Então, eu queria ver, principalmente, eu que sou Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Turismo, nesse ponto de vista, como é que nós podemos atrair mais belgas a virem fazer turismo no Brasil? Porque a PIB da Bélgica vive muito do turismo, e a gente aqui, no Brasil, precisa ter divisas. A forma que a gente pode mudar rapidamente algumas circunstâncias é com relação a nossa indústria do turismo, que tem sido muito pouco explorada, principalmente lá fora, nesses países que possuem uma alta renda *per capita*, e na Bélgica e em Luxemburgo são muito altas.

Outra situação é como podemos trocar experiências tanto com a Bélgica quanto com Luxemburgo, que são países pequenos, com poucos recursos naturais, e estão muito dependentes das energias, inclusive na Bélgica existem algumas usinas nucleares? Como é que nós podemos ter algumas experiências com relação às novas tecnologias das energias renováveis, seja eólica, seja solar fotovoltaica, sejam em outros aspectos na forma de captação de energia, tipo o aproveitamento do lixo da biomassa?

Então, quanto a essas experiências - eu sou o Presidente da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura e discutimos muito aqui em nosso País, inclusive na Comissão de Infraestrutura, e eu sou o responsável por discutir as políticas públicas, as energias renováveis -, gostaríamos de ver como fazer esse intercâmbio tanto da Bélgica e de Luxemburgo quanto também aqui do nosso sabatinado, Márcio Florencio Nunes Cambraia, da República Tcheca, pode acontecer. Todo mundo sabe a alta evolução tecnológica da República Tcheca, que é um país importante no centro europeu e que, mesmo tendo participado longo tempo de um bloco mais fechado, nunca deixou de ter uma indústria pujante. Também conheço Praga, sei do aspecto importante que é a cidade de Praga e que a República Tcheca tem de colaboração. Conheço também a República da Eslováquia, vizinha, e o Ministro das Relações de Energia do Mercado Comum Europeu, da UE, era exatamente da República da Eslováquia.

Pelo menos o encontrei no ano passado, não sei se permanece, mas a República Tcheca e a Eslováquia têm muita colaboração também tanto nessa área do turismo quanto nessa área do intercâmbio energético com a utilização dos lixos, que, ao invés de gerarem chorume e poluição, geram energia elétrica. E também o sol, o vento e outras alternativas renováveis de geração de energia.

Quanto ao Gabão, lá deve ser tão subdesenvolvido quanto no Brasil o aproveitamento das energias solares, que é fundamental. O Gabão está em uma latitude favorável para o aproveitamento energético, com solarimetria alta igual à do Brasil, e seria bastante razoável saber, meu nobre Appio Claudio Muniz Acquarone Filho, como é que nós poderíamos intercambiar esta questão?

Como no Gabão trata-se de uma economia razoavelmente bem favorecida em relação às demais economias africanas, a gente poderia também discutir esta questão do turismo, porque todo mundo sabe as nossas relações com os

afrodescendentes aqui em nosso País e as relações históricas com o Gabão, tal qual o Senador Cristovam acabou de discorrer aqui algumas questões.

Então, eu gostaria também de ver, como esses três países poderiam desenvolver a questão do turismo e como a gente poderia aproveitar e também fazer intercâmbio sobre a discussão energética, que é fundamental.

Como os demais Senadores perguntaram sobre outros temas, vou me ater a esses dois, até para colaborar com os demais que vão fazer perguntas.

Desejo sucesso aos nossos três Embaixadores. Todos nós, aqui, temos plena convicção de que são Embaixadores experimentados, pessoas experientes, servidores públicos de carreira, igual a mim, sou concursado público do MPOG, sei a importância que tem os servidores públicos em, cada vez mais, fazer o seu papel, cumprir com o seu papel, e isso o Itamaraty vem fazendo. Acho adequada essa atitude de valorização da carreira e, conseqüentemente, de dar peso às pessoas com experiência. Sou Relator, aqui nesta Casa, do PL nº 38, que trata sobre a questão da reposição do Executivo e, portanto, das carreiras do Itamaraty e de suas despesas no exterior. Mudei essa questão exatamente para dar uma situação mais razoável para que esses nossos servidores tenham condições de melhor desenvolver suas tarefas. São países difíceis como Gabão, Congo, outros e outros aí, que passam uma série de dificuldades.

Quería, também, ouvir a opinião de vocês sobre isso, já que vocês são os Embaixadores, estão em um patamar acima dos servidores que vocês gerem lá, porque a situação deles é penosa. Vieram procurar-me; como Relator do PL nº 38 fiz uma emenda de redação adequando esta questão da percepção, dos gastos e de como receber esses gastos que têm que ser repostos no exterior, principalmente países de difícil sobrevivência.

Sucesso a vocês, que Deus nos ajude e que esse Brasil nosso continue a crescer, continue a gerar emprego e divisas. A área do turismo e da energia é a esperança que nós temos para sair do caos em que nos encontramos.

Obrigado, nobre Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - Agradeço, Senador Hélio José.

Passo a palavra ao último Senador inscrito, Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) - Sr. Presidente, eu cumprimento os ilustres Embaixadores que hoje são submetidos nesta Comissão à sabatina - os Embaixadores brasileiros da Bélgica, da República Tcheca e do Gabão.

O nosso representante do Gabão considera-se, segundo o relatório lido pelo Presidente Aloysio, numa espécie de clausura africana. Eu fui Ministro do Presidente Lula e da Presidente Dilma por seis anos. Percebi, ao longo daquele período, uma grande preocupação do Presidente Lula no sentido de promover, de dar um avanço sobre a África, um estreitamento de relações com toda aquela região. Entendia que, sendo nós beneficiários da força de trabalho africana à época do Império e da Colônia, e até um pouco além, deveríamos nós, brasileiros, ter um comportamento de solidariedade com a África, além de uma integração útil para o Brasil, que não poderia deixar de ser com esse estreitamento de relações.

Portanto, o nosso Embaixador que vai para o Gabão, ao revés do Embaixador na Bélgica, terá um sofrimento um pouco além, porém um registro dos agradecimentos brasileiros quanto ao seu desempenho que ocorrerá ali.

Para a República Tcheca vai o Embaixador Cambraia, que é um privilegiado. Enquanto os seus demais colegas tiveram cada qual um Relator, ele teve dois Relatores aqui - o eminente Senador Lasier e eu próprio - como que a demonstrar a especial posição que ele vai exercer na República Tcheca.

Eu não quero me alongar. Quero apenas pedir ao Embaixador Cambraia que nos diga alguma coisa, ainda que breve, a respeito da intensa imigração para a Europa, as conseqüências disso, se são positivas ou negativas e a intensidade dela.

No mais, quero cumprimentar os três ilustres Embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - Agradeço ao Senador Edison Lobão.

Não havendo mais Senadores inscritos, vou passar a palavra aos Srs. Embaixadores para que possam responder aos questionamentos feitos.

Início com o Sr. Embaixador Antonio José Vallim Guerreiro, indicado para a Embaixada do Reino da Bélgica e Luxemburgo.

Com a palavra o Embaixador Antonio José Vallim Guerreiro.

O SR. ANTONIO JOSÉ VALLIM GUERREIRO - Sr. Presidente, muito obrigado. Quería agradecer as perguntas que me foram feitas.

O Senador Lasier falou sobre a questão dos atentados terroristas. Nós temos que levar em conta que a Bélgica é o país da Europa Ocidental que, em relação à população, mais gente mandou para a guerra na Síria, para lutar com as forças do

Estado islâmico. Proporcionalmente à população, é o país de onde mais gente saiu de lá para lutar com o Estado islâmico - não é da Europa inteira, porque, da Europa inteira, se não me engano, é Montenegro, não é da Europa Ocidental.

Existem muitos muçulmanos na Bélgica, basicamente oriundos de ex-colônias francesas do norte da África, seja do Marrocos, seja da Argélia e da Tunísia, mesmo porque falam francês. E esses que levaram a cabo os atentados, tanto na Bélgica como em Paris, não são de primeira geração, já são de segunda geração.

Quanto às Olimpíadas, aqui, no Rio de Janeiro, até onde eu sei, existe um órgão colegiado que trata da segurança, e aí estão a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, que acabou de receber um reforço do Governo Federal considerável, a Abin, a Polícia Federal e uma série de órgãos. E eles estão monitorando a situação. É evidente que o Brasil não é um País onde a ocorrência do terrorismo seja uma norma, como é em outros lugares, graças a Deus, mas eu tenho absoluta certeza de que os órgãos nacionais encarregados da questão da segurança no Rio de Janeiro estão absolutamente atentos ao que possa acontecer. Quanto a isso, eu não tenho a menor dúvida.

Senador Cristovam Buarque, a Bélgica adotou medidas de austeridade tremendas, o que lhe permitiu ter um crescimento previsível de mais de 1% este ano. Agora, a Bélgica já funcionou sem governo durante anos e anos. Agora tem um governo de coalizão em que o primeiro-ministro representa um partido francófono, e a francofonia tornou-se uma minoria. São 40% contra o resto, que falam holandês, hoje, flamengos.

Agora, o senhor falou da popularidade histórica, da popularidade política. Até onde eu sei, essas medidas de austeridade, no início, evidentemente, ninguém delas gosta, em lugar nenhuma do mundo, ninguém gosta, porque todo mundo ou quase todo mundo sofre. É a mesma coisa que fazerem obras na sua rua, ou seja, enquanto as obras são feitas, todo mundo reclama, mas, depois que as obras terminam, todo mundo acha ótimo.

Enfim, eu acho que os dirigentes têm que ter coragem para pensar num prazo além daquele em que esperam estar no poder. Eu acho que o governo belga tem feito exatamente isso e agora estão recebendo os dividendos da impopularidade de que foram alvos quando instauraram as medidas de austeridade, Senador.

Senador Hélio José, o senhor falou da questão do turismo. Eu, lá em Moscou, fui visitar a Feira de Turismo, com a presença da Embratur, com a presença da Riotur. Os russos que vêm ao Brasil normalmente vão ao Rio de Janeiro e a Foz do Iguaçu. Agora, o fato é que o Brasil é longe da Rússia, mas também é longe da Bélgica; para começar, não há voos diretos da Bélgica para cá. A Bélgica recebe muitos turistas brasileiros. Agora, evidentemente, ao lado da Bélgica, há outros países que também recebem turistas. Eu tenho certeza de que a Bélgica e Luxemburgo receberiam muito menos turistas se estivessem isolados do resto da Europa. Então, existe essa questão que eu acho que a gente tem que levar em conta. O Brasil é longe, é longe e tem de oferecer serviços de turismo muito superiores aos que oferecem - essa é que é a verdade, treinamento, etc. E eu fico perplexo ao saber que a Costa Rica recebe muito mais turistas estrangeiros do que o Brasil. A República Dominicana também. Essa é que é a verdade.

Bom, eu prefiro não fazer, digamos, prognósticos; dizer ao senhor coisas sobre as quais eu não tenho grande experiência. Antes de ir a Moscou, eu pensei que poderia fazer uma série de coisas e muitas delas eu me dei conta de que eram inviáveis e outras, que eu achava ou que eu nem pensava, tornaram-se factíveis e foram feitas.

De modo que, quanto à sua pergunta sobre a questão das energias renováveis, eu prefiro chegar ao posto, examinar a questão e depois dar-lhe uma avaliação com base numa experiência. Não adianta eu ficar aqui especulando. Eu acho que isso não será útil para o senhor nem para nenhum dos membros da Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - Eu agradeço a Sr. Embaixador Antonio José Vallim Guerreiro.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) - Presidente, eu gostaria, se fosse possível, que ...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - Com a palavra o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) - Quero agradecer ao Sr. Embaixador Cambraia.

Se fosse possível, gostaria que o senhor pudesse repassar depois informações via *e-mail*. Meu cartão, que eu já dei para o senhor, tem os números dos meus celulares, meu *e-mail*. Meu gabinete está à disposição para essa discussão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - Agradeço ao Senador Hélio José.

Passo a palavra ao Sr. Embaixador Márcio Cambraia, indicado para Embaixador na República Tcheca, para as suas considerações.

O SR. MÁRCIO FLORÊNCIO NUNES CAMBRAIA - A primeira questão de um dos meus Relatores, o Senador Lasier, refere-se a essa cooperação já existente entre a Embraer e a Aero Vodochody para a construção do KC-390, que é um avião cargueiro e que já está funcionando.

Eu creio que há, numa perspectiva mais ampla, interesse dos dois lados, tanto interesse dos tchecos em colaborar conosco como interesse nosso em receber colaboração e transferência de tecnologia da Aero tcheca. Existe uma academia de ciências tcheca que tem um acordo, de 1994, com a academia brasileira. É um acordo que está meio parado e poderia ser incrementado.

O que eu acho mais importante é a existência de acordos *joint ventures* entre empresas e instituições públicas ou universitárias, instituições acadêmicas. E o Itamaraty e a Embaixada funcionariam como catalizadores desses contatos, porque não é nem o governo tcheco diretamente, nem o Governo brasileiro que vão desenvolver ciência e tecnologia. Então, eu acho que a Embaixada deveria funcionar como um catalizador, ou seja, aproximar as pontas, facilitar os contatos, ajudar também a mostrar a realidade nessa área de um país e de outro. Eu acho que esse seria nosso principal papel.

Por outro lado, eu creio que há uma vantagem muito grande nesse aspecto da transferência de tecnologia pelo fato de a República Tcheca não ter ambições de grande potência. Então, eles não vão cobrar, apresentar uma conta política para nós para a transferência de tecnologia. Eu acho que essa é uma das poucas oportunidades que nós teremos, no mundo atual, de adquirir tecnologia, de fazer um intercâmbio de tecnologia, sem ter que pagar alguma contrapartida política. Eu acho que essa é uma grande oportunidade e acho que uma embaixada deve trabalhar no sentido de aproximar os dois lados e de ser um catalizador, ter um papel de entusiastador dessa cooperação, que é muito importante para nós, como o senhor sabe muito bem.

Com relação à questão do Senador Cristovam, que versava sobre o desemprego, eu creio que o pequeno nível de desemprego e o sucesso econômico da República Tcheca têm raízes, em primeiro lugar, numa industrialização já muito enraizada, já muito tradicional da área da Boêmia. Então, já há uma tradição grande de industrialização. Eles já têm uma mão de obra muito preparada. Outro fator que eu considero importante foi aquele saneamento das contas públicas que existiu como pré-requisito à passagem de uma economia centralizada para uma economia de mercado. Então, o primeiro passo foi uma reorganização das contas públicas, que é mais ou menos o que nós estamos tentando fazer aqui atualmente.

Bom, foi essa reorganização que permitiu aquele processo de investimento em uma economia de mercado que tem funcionado muito bem. Então, as privatizações e, além disso, as exportações, uma concentração das exportações, contribuem para evitar o risco do desemprego. A crise de 2008 foi ultrapassada com exportações por parte da República Tcheca. Ela conseguiu se livrar disso e já se recuperou daquele quase trauma da crise de 2008.

No fundo, também houve cuidados com a educação. Uma das universidades mais antigas do mundo é a Universidade Carlos, na República Tcheca, e essa dedicação à tecnologia. Eu acho que são esses aspectos que têm levado ao êxito econômico da República Tcheca.

Em relação à questão do Senador Hélio José, à questão energética, eu acho que está diretamente ligada a esse aspecto da tecnologia, da inovação. Eu acho que uma das áreas de colaboração tecnológica e científica poderia abranger essa parte energética também. Nós só teríamos a lucrar com isso. Seria uma grande vantagem para o Brasil uma cooperação pelo alto nível de desenvolvimento tecnológico que a indústria tcheca tem. E, volto um pouco à questão de que o interesse deles seria o interesse imediato em termos econômicos ou em termos científicos, em termos de uma melhoria conjunta de tecnologia, mas não de uma contrapartida política em termos de participação de esquema de poder mundial.

Quanto à questão do Relator, Senador Edison Lobão, esse problema de imigração para a Europa é um problema de uma complexidade enorme, e se assiste, hoje, nos meios de comunicação, a invasões, são milhares e milhares de pessoas indo para a Europa, como se fosse o paraíso, como se fosse o eldorado.

Especificamente a República Tcheca tem uma posição claramente contrária à imigração; eles não são favoráveis a aceitar imigração. São favoráveis, ao contrário, a colocar barreiras à imigração e fazer com que o Estado Schengen tenha fronteiras rígidas, bem guardadas e que a circulação se dê lá dentro entre os europeus e não à entrada de imigrantes; eles e mais aqueles países do Grupo de Visegrád, os países daquele centrinho mesmo da Europa, que são claramente contra a imigração e combatem a política europeia de Bruxelas, a política alemã de aceitação de imigração.

Mas os problemas vão mais longe. De um ponto de vista inclusive pessoal, pelo que tenho visto na Europa - e, na Europa, já servi na Inglaterra, na Espanha e na Itália -, há um problema muito grande de integração. Principalmente os árabes e os muçulmanos não se integram, mantêm a sua religião, procuram manter a sua língua, vivem, na verdade, isoladamente, em relação à sociedade europeia. E essas são sociedades antigas, sociedades já muito depuradas, já muito estratificadas, muito

cristalizadas e que têm dificuldade também de aceitar modificações, de aceitar os imigrantes. Então, é uma sociedade, de um lado, já muito cristalizada que, naturalmente, tem dificuldade de aceitar uma novidade - que seria a chegada do imigrante, e esses imigrantes, o imigrante brasileiro, têm basicamente a mesma religião, a mesma civilização que a civilização ocidental da Europa, e há uma integração muito mais fácil. Agora, os muçulmanos, os islâmicos, aí é uma dificuldade. Eles fazem questão de manter, por exemplo, os trajes das mulheres, fazem questão de manter as mesquitas, quer dizer, percebo claramente que não há uma integração, que acho também que é mais difícil pelo outro lado, porque as sociedades são não só estratificadas como cristalizadas, há séculos e séculos que funcionam daquela forma. Então, têm uma dificuldade em aceitar, digamos, um organismo de fora. Ao contrário do Brasil, que já não é uma sociedade tão antiga, não é uma sociedade tão estratificada e uma sociedade tão cristalizada; e aí, ao meu ver, uma das grandes explicações para nossa aceitação de imigração.

Os nossos exemplos de imigrantes de primeira geração realmente se integraram à sociedade brasileira com muito êxito. Temos um atual: o Presidente Temer; o Presidente Temer é primeira geração.

Mas a nossa sociedade é uma sociedade mais aberta, uma sociedade menos estratificada e menos cristalizada. E tivemos vários outros exemplos.

Agora, um aspecto que também deve ser levado em consideração é que vejo hoje, na Europa, que a abordagem da imprensa é muito humanitária, inclusive a abordagem da igreja - o atual Papa é uma abordagem muito humanitária. Não vejo a factibilidade de entrada pacífica e sem criação de problemas futuros de levadas e levadas de imigrantes. E, ao mesmo tempo, acho que se tem esquecido do problema do tráfico de pessoas.

Os imigrantes pagam de três a quatro mil euros por pessoa para entrar naqueles barcos - seriam os coiotes, não é? - para fazer a travessia e ir à Europa. Bem, esses traficantes são muito profissionalizados, e esses imigrantes, em primeiro lugar, são vítimas dos traficantes, ficam confinados em campos, em galpões e depois colocados em navios. Isso acho que deveria ser combatido. Por exemplo, na Líbia, existem vários centros - porque é muito perto da Itália e dali é muito fácil ir à Itália -, e eles são vítimas desse ponto de vista. Essa situação poderia melhorar só com combate, inclusive com recursos - não gosto muito de inteligência, mas é recurso de informação, que era a palavra que a gente usava até recentemente no Brasil - informação, para combater os que são contrabandistas. É um contrabando, são traficantes de pessoas. E isso não está existindo muito, quer dizer, quando se prende na questão humanitária, deixa-se de lado essa questão. Então, eles estão sendo vítimas várias vezes, no seu país de origem e depois no seu transporte.

Uma coisa trágica que tive a oportunidade de ver é que esses traficantes estavam colocando as pessoas naqueles barcos superlotados, com uma tripulação, em barcos precários - às vezes grandes, enormes, mas precários -, e simplesmente, em determinado momento da travessia, ia uma lancha, a tripulação saía e abandonava os imigrantes sem piloto, como se o piloto de avião abandonasse, saísse do avião; e eles ficavam à sua própria sorte. Quer dizer, são realmente pessoas que deveriam ser combatidas, são organizações de traficantes de pessoas.

Em síntese, acho muito difícil a absorção, integração. É exatamente a situação contrária aqui do Brasil. Na medida em que essa imigração aumenta agora, exponencialmente, já está prejudicando o emprego do operário italiano, do operário inglês, do operário belga.

Então, já está começando uma reação que, por enquanto, é da *silent majority* - uma maioria silenciosa -, mas já há uma reação que pode levar a problemas mais graves. E há também, de outra parte, políticos populistas que tendem a se aproveitar dessa situação de uma certa rejeição, que, às vezes, não é mostrada claramente, mas, surdamente, eu sinto que isso está crescendo em toda a Europa.

Não sei se respondi às questões.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - Com a palavra o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) - Eu só queria fazer uma correção: eu chamei o nosso nobre Embaixador da Bélgica de Márcio Cambraia, mas é Antonio Guerreiro.

Sucesso, Antonio!

Márcio Cambraia, a República Tcheca é uma república onde o Brasil gosta muito de fazer turismo e há um fluxo intenso. Eu precisava saber de V. Ex^a como poderíamos inverter esse fluxo, porque são pessoas de alto poder aquisitivo que nós precisamos trazer para cá. Realmente, lá há um cerco. Eu não vi muitas etnias distintas presentes em Praga e nos lugares onde eu estive.

O SR. MÁRCIO FLORÊNCIO NUNES CAMBRAIA - Uma uniformidade.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) - Então, finalizando a exposição de V. Ex^a, eu queria saber sua opinião sobre essa questão do turismo.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - Com a palavra o Sr. Embaixador Márcio Cambraia.

O SR. MÁRCIO FLORÊNCIO NUNES CAMBRAIA - Pelo que eu entendi, Senador, o senhor viu os turistas brasileiros lá, mas não vê os tchecos aqui, e deveria haver um equilíbrio.

Bom, eu tenho algumas considerações, inclusive pela minha experiência pessoal na carreira. A nossa ideia de turista, no Brasil, é aquele que vem para a praia, fica tocando violão e se alimenta numa barraquinha. Existe esse turismo, mas esse é um turismo de massa que traz muito pouco dinheiro para o Brasil. São frequentemente operários que pagam, a prestações, uma passagem para o Brasil - pagam para operadoras europeias e internacionais - e se hospedam, frequentemente, em hotéis de redes internacionais. Então, são pessoas de pouco poder aquisitivo que não trazem dinheiro para o Brasil. Isso acontece muito e é de conhecimento público.

Eu me lembrei de alguns exemplos. O Uruguai, onde eu também servi, que é um país pequeno, que tem um turismo muito desenvolvido, concentrou-se em um turismo de poder aquisitivo mais elevado. Punta Del Este, por exemplo, é uma área em que se concentra em um turismo de nível mais elevado. Eles investiram, por exemplo, em esporte; investiram em equitação, polo, iatismo, golfe, e há grandes restaurantes. Aquele é o turismo de alto nível, que é um turismo que dá mais lucro para eles.

Então, a ideia nossa de que o turista vem aqui só pela beleza natural é uma ideia fraca. Quer dizer, a beleza natural faz parte, mas deveria haver alguns atrativos a mais, alguns atrativos especiais, porque eu acho que o interesse desse turista que vem para o Brasil, com tudo pago a prestações - o dinheiro fica na Europa e não vem para cá -, é pequeno. Então, eu acho que deveria haver uma concepção de turismo mais sofisticada, porque eles têm um poder aquisitivo alto, e o Brasil é distante. Para vir ao Brasil, deveria haver atrativos, além simplesmente da praia, do sol, sem falar que o hotel não é suficiente.

Uma área que eu acho muito promissora é o turismo segmentado: o turismo, por exemplo, do esporte; o turismo de alguns segmentos, como congressos profissionais de alto nível. Acho que isso daria mais resultados práticos para o Brasil.

Para se fazer isso, deveria haver aqui uma consciência, que se refletiria no trabalho da embaixada. Por exemplo, em Roma, o material que vai da Secretaria do Estado está em inglês ou em português. Cria-se uma certa antipatia. O português não entendem, e há uma antipatia ao inglês.

Por razões de contenção de despesa, quando recebo uma visita, eu não tenho absolutamente nada para oferecer. Agora, em todas as visitas a autoridades italianas, eles sempre oferecem uma coisa, uma lembrancinha, o que é uma coisa simpática, já que é da essência da atividade diplomática criar um *locus* de entendimento. Por isto a história de que diplomata trabalha em festa: porque há a oportunidade de se criar um entendimento.

Então, eu acho que isso deveria ser repensado aqui no Brasil para que se reflita nas nossas representações, a fim de elas possam dar uma contribuição maior.

A última coisa é que deveria se corrigir um pouco a nossa imagem, que é a imagem só do Carnaval, da mulata desnuda. Essa é a imagem que a Europa tem do Brasil. Isso precisa ser corrigido, infelizmente aos poucos, porque não dá para fazer de uma hora para outra. Mas poderíamos mostrar outras características da sociedade brasileira, da cultura brasileira que vão além dessas que são as mais conhecidas, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - Agradeço ao Sr. Embaixador Márcio Cambraia.

Passo a palavra ao Sr. Embaixador Appio Claudio Muniz Acquarone Filho, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Gabonesa, para as suas considerações.

O SR. APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO - Muito obrigado, Presidente.

Acho que eu tenho bastante material aqui e vou começar me dirigindo ao Senador Lasier Martins sobre as observações com que ele me honrou.

Realmente o Gabão é algo atípico na região de toda a África Subsaariana.

Há as possibilidades de trocas comerciais, sem dúvida nenhuma; há uma expectativa muito grande de Brasil. Talvez as observações que me foram direcionadas pelos quatro Srs. Senadores aqui nesta reunião, eu creio que todas as observações têm dois pontos em comum. Primeiro, o que se espera do Brasil, o que se pode apresentar de Brasil? Se eu fosse sugerir, dentro de uma política de aproximação com a África, que país seria o princípio da nossa nova atuação na África, eu

sugeriria o Gabão, porque ele está não só à espera de um passo brasileiro na direção dele, como é um país que está sendo disputado por várias outras chancelarias. Ele está se oferecendo ao Brasil; por quatro vezes o Presidente Bongo esteve no Brasil, e isso é um gesto bastante eloquente por parte do Gabão.

Para isso nós precisaríamos de apoio, e me refiro exatamente a uma observação de V. Ex^a sobre se há apoio do Ministério das Relações Exteriores a algo que eu estou a propor neste momento. Eu confesso que não invejo os meus colegas diplomatas que trabalham no setor de administração do Itamaraty. Eles fazem o que eu acho que são milagres; eu não sei como nós podemos manter não só uma rede existente, mas a atuação dessa rede existente. São duas direções orçamentárias totalmente distintas: a de manutenção de uma rede e a de operação da rede. Com o que nós temos hoje na administração do Itamaraty, eu não os invejo, porque eles conseguem fazer com que a nossa rede funcione e que haja um mínimo, digamos - se eu estivesse falando em termos empresariais - de capital de giro. Não é só manter a nossa rede, temos que fazê-la a mais operacional possível. Refiro-me, sem deixar de me dirigir a V. Ex^a, a uma observação do Senador Cristovam Buarque sobre a abertura de novas embaixadas no exterior. Nós temos uma rede hoje realmente invejável da presença brasileira, e há que se mantê-la.

Eu tive a honra de ter na minha primeira sabatina o Senador Cristovam Buarque como Presidente da Comissão quando eu fui para a Tanzânia. Foi a primeira chefia de missões com que o Senado me honrou, e, naquela época, eu fui criar uma embaixada do zero na Tanzânia.

Não é a coisa mais fácil do mundo, eu confesso, mas tive o apoio do Itamaraty para tal; apoio esse que eu espero agora renovado para a minha presença no Gabão. No fundo, o meu objetivo no Gabão é criar problema para o Itamaraty, é criar problema administrativo, porque eu quero fazer um monte de coisas e vou precisar de um apoio do Itamaraty para tudo o que eu gostaria de pôr em funcionamento. Confiarei no Itamaraty, porque sei que não me faltou quando eu instalei a Embaixada na Tanzânia.

Ainda falando sobre o apoio que V. Ex^a levantou sobre o Itamaraty, estava até pouco tempo atrás aqui o Embaixador Sobreira Lopes, que é Diretor do Departamento da África; estava aqui e me deu o prazer de participar assistindo da plateia. Isso já é um apoio, eu já contabilizo isso como um apoio. Fui procurá-lo, claro, para conversar sobre as nossas políticas no Gabão, e fomos unânimes em apontar que precisaríamos de mais do que, digamos, uma dedicação profissional do Itamaraty; precisaríamos de meios para tal.

O Presidente, Senador Aloysio, leu parte do relatório da pessoa que eu pretendo substituir, se for aprovado, e os termos são termos dramáticos. Esse meu colega está sozinho, não há um segundo diplomata com ele, não há um oficial de chancelaria com ele, e eu pretendo criar um verdadeiro setor comercial, um setor cultural, um setor de acompanhamento de políticas, então precisarei realmente estar em contato direto com a administração do Itamaraty. E isso para nós é primordial, porque - e aí eu posso até me referir a uma observação do Senador Edison Lobão sobre o que ele entende como solidariedade com a África -, sem dúvida nenhuma, nós temos um inventário cultural comum muito importante, o qual realmente necessita de exploração. São poucos os países como o Brasil que têm esse arsenal de comunidade com a África, são pouquíssimos os países, e nós temos isso, temos que aproveitá-lo sem dúvida nenhuma.

Quanto às observações do Senador Cristovam Buarque, agradeço os termos sobre a inclusão do Gabão na minha biografia, já será a minha segunda inclusão africana, mas concordo, sim, quanto à necessidade da presença cultural e educacional brasileira.

Nós sabemos - e isso foi, inclusive, muito bem levantado pelo hoje Embaixador no Gabão - do interesse que a perspectiva de uma maior relação com o Brasil desperta na juventude gabonesa. Depois de algum esforço nosso, nós criamos um leitorado de português na Universidade de Libreville; um leitorado que, infelizmente teve pouco tempo, foi atuante durante dois anos, de 2010 a 2012, mas que veio a responder a um interesse da juventude gabonesa, em primeiro lugar, em conhecer a língua portuguesa, e, se possível, conhecer a língua portuguesa através do Brasil.

Depois de um projeto com bastante sucesso, a Prof^a Tânia Jordão, da Universidade de Minas Gerais, passou dois anos como leitora de português na universidade, mas, por motivos orçamentários, teve que ser cancelado esse leitorado, que despertou um interesse maior até em relação ao que o Senador Hélio José levantou: o interesse pelo Brasil, o interesse de saber do Brasil, o interesse de visitar o Brasil, o interesse de seguir as tendências culturais brasileiras, enxergadas por eles como audaciosas, como inovadoras e, especialmente, diferentes de um universo europeu em que estavam submersas as ex-colônias inglesas e francesas, como no caso do Gabão. Enxergam o Brasil como uma opção, e nós temos realmente que responder dessa forma.

Um ponto que liga as quatro intervenções dos Srs. Senadores é: o que esperar da política externa do Brasil em relação à África? O que isso poderia ser de importante para o Brasil? O que isso poderia ser legitimador da presença brasileira

na África, legitimador da abertura das novas embaixadas que nós fizemos nos últimos dez anos? O que nós queremos ter como política externa?

Recentemente, há um agravante em torno dessa inquietação, que é a presença da China. A presença africana da China está crescendo a olhos vistos, a cada ano. A China enxerga a África como uma nova fronteira, e parte dessa nova fronteira está em busca de Brasil. O que faremos? O que significa ser um diplomata brasileiro na África? O que nós levaremos do Governo brasileiro para esses países?

Eu acho que essa reflexão é muito positiva para a nossa atuação como diplomatas na África, e o interesse de V. Ex^{as} nesses pontos bastante específicos e importantes nos dá um alento extra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) - V. Ex^a me permite uma perguntinha?

O SR. APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO - Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - Com a palavra o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) - Bem sucintamente. Que notícias, que observações tem V. Ex^a sobre a compra de terras pelos chineses na África?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - Embaixador Appio com a palavra.

O SR. APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO - Perdão, desculpe-me. Eu creio que a China tem outros instrumentos disponíveis no seu arsenal que não necessariamente o de investimento direto na compra de terras, até mesmo porque, controlando outros aspectos econômicos, eles estariam até mais presentes do que através da compra direta de terras. Há compra diretas de terras? Sim, há, mas o que para eles é mais eficiente é justamente o apoio direto a projetos de infraestrutura na África, porque cria mercados para as empresas chinesas, cria presença de operários chineses de uma forma até menos exposta do que a propriedade direta da terra.

Eles têm outros instrumentos no arsenal deles que eu considero mais eficientes e que têm sido usados junto com a compra de terras que, sim, existe - o senhor tem razão, existe -, mas eles têm ferramentas, digamos, mais efetivas para viabilizar e manter a presença deles, que é crescente. Claro que não estou aqui a sugerir que sejamos tão incisivos como a China é. A China tem possibilidades que nós não temos, mas nós temos possibilidades de sermos mais atuantes, sem dúvida alguma. E a África - e, especialmente, digamos, se eu já posso considerar a minha África o Gabão - é um fruto maduro a ser colhido. Obrigado. Presidente, obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) - Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - Agradeço. Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) - Eu sei que está ficando tarde, mas eu costumo dizer que essas sabinas, Senador Lasier, são muito instrutivas para nós sobre os países, mas, às vezes, para termos um olhar diferente sobre o Brasil.

Quero falar aqui especialmente sobre o caso da Bélgica e da Tchecoslováquia. No caso da Bélgica, o senhor falou aí em coalizão, que eles conseguiram para fazer o governo. Isso me traz a pensar como nós aqui não estamos procurando coisas desse tipo. Nós tivemos, durante 12 anos, uma coalizão entre PMDB e PT; uma coalizão que neste momento se desfez. E nós estamos sofrendo para escolher em qual dos lados a gente fica, em vez de uma outra coalizão para salvar o Brasil.

Toda disputa aqui é entre Temer e Dilma, que, até três meses atrás, estavam casados em uma coalizão política de mais de uma década. E a gente não pensa em uma coalizão alternativa, e nem pensa tampouco em refazer essa coalizão sob novas regras. De repente, seria o caso de eles se entenderem em uma outra colocação, em uma postura diferente.

Então, eu me lembrei disto: a Bélgica passou por problemas e, no fim, encontrou-se. A gente não está conseguindo. Tivemos, não deu certo, a maneira como foi feita. Fomos sequestrados por eles na coalizão e agora estamos sequestrados no divórcio dessa coalizão, sem pensar na nossa e sem tentar fazer com que eles se encontrem, eu volto a repetir, sob novas regras.

Quanto à República Tcheca, o senhor também me faz lembrar algo que serve para o Brasil, Senador Flexa: a necessidade de mudar a maneira como a gente vem pensando. O senhor vai certamente encontrar, em Praga, um brasileiro que mora lá há mais de 50 anos. Ele chegou lá com 18 anos de idade, graças a uma bolsa de estudos dada por Juscelino, que disse: "Você vai." Ele perdeu uma bolsa a Juscelino - naquela época se encontrava candidato a presidente na rua -, ele o encontrou,

e o Juscelino perguntou a ele: "O que você quer se eu ganhar a eleição?" Ele disse: "Eu quero uma bolsa de estudos." E Juscelino disse: "Vou lhe dar, nas terras do meu avô." E o mandou para lá, e ele ficou.

Ele vem aqui de vez em quando, eu converso com ele, e é uma figura formidável. Hoje é um dos mais bem-sucedidos empresários na República Tcheca, amigo do presidente. Ele chegou lá e, além de estudar, teve um emprego na embaixada, um emprego de jovem. E eu perguntei: "Quando é que você percebeu que a República Tcheca, socialista, iria mudar para o capitalismo, e você entrou aí e se fez com tanto sucesso?" Ele conta uma história que a gente precisa saber no Brasil sobre os riscos do estatismo. Ele disse: "Olha, eu trabalhava em uma empresa tcheca, tinha que comprar um equipamento e me mandaram a Moscou. Tive uma reunião por lá com diversas pessoas, entre as quais um senhor de terceiro escalão de um ministério que se chamava Gorbachev. E esse Gorbachev um dia chegou para mim nas reuniões e perguntou: "como é que são as reformas que vocês estão fazendo?" Na frente da Rússia, que o senhor, aliás, conhece muito. E ele começou a falar, e disse que o Gorbachev, que ele não sabia quem era, porque era um desconhecido, um simples funcionário, ouviu, ouviu e disse: "É, não dá certo. O que a gente está fazendo não dá certo." Aí se virou para ele e disse: "Você sabe quantos barbeiros há em Moscou?" E ele disse: "Não tenho a menor ideia." Aí esse senhor, o Gorbachev, jovem ainda, disse: "Olha, vamos supor um número aí. Há oito mil." Aí ele ficou assim, e ele disse: "Agora você sabe quantos há no departamento que gerencia os barbeiros? Oitenta mil! Não dá certo, não dá certo! Há um especialista para comprar perfume, um para comprar creme de barbear, um para comprar tesoura, outro para afinar as tesouras, não vai dar certo isso. Barbeiro tem que ser uma atividade livre."

Ele ficou com aquilo na cabeça, voltou, passou um ano, ou dois, ou três, e, um dia, ele vendo o jornal e o nome Gorbachev outra vez, já como 1º secretário do partido.

Naquela hora ele disse: "Isso aqui vai mudar." E se virou. Terminou hoje um grande empresário, um grande amigo do Brasil. Os filhos moram aqui - um; a outra mora lá, apesar de ser um cidadão tcheco hoje.

Duas lições: não dá para barbeiro ser um emprego estatal e nem dá para a gente esquecer a possibilidade de coalizões para salvar o Brasil do desastre criado por uma coalizão que não deu certo, que foi a coalizão PT e PMDB que gerou esse desastre e que está nos aprisionando, sequestrando, para que a gente escolha um dos dois lados e não um outro lado, sob a forma de uma nova coalizão.

Agradeço aos embaixadores que me provocaram essa reflexão.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - Agradeço ao Senador Cristovam Buarque a reflexão oportuna.

É exatamente isso. Não existe necessidade de um Estado máximo nem de um Estado mínimo. O Estado tem de ser o necessário.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) - Embaixador, desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - Pois não.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) - O nome do senhor é Rui Alves. Recomendo que o procure porque é uma grande figura humana e, além disso, tem muita história para contar da transição na República Tcheca. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - Sem dúvida. Não, Senador Cristovam.

Considero a votação encerrada.

Consulto as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores se continuamos em reunião aberta para fazer a apuração da votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Designo o Senador Lasier Martins para atuar como Secretário - art. 116, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal - e solicito à Secretaria que proceda à apuração. (*Pausa.*)

Comunico, então, a deliberação da indicação dos Embaixadores, por unanimidade; Embaixador Antonio José Vallim Guerreiro para a Embaixada do Reino da Bélgica e Condado de Luxemburgo; o Embaixador Márcio Florêncio Nunes Cambraia para a Embaixada da República Tcheca; o Embaixador Appio Claudio Muniz Acquarone Filho para a Embaixada da República Gabonesa.

Parabenizo os Srs. Embaixadores, desejo-lhes sucesso na missão que irão desempenhar em favor do nosso País, o Brasil. Os currículos que já foram relatados pelos Srs. Senadores já demonstram a competência e a capacidade que os senhores

terão nos cargos que irão exercer, tenho certeza absoluta, tão logo votemos, no plenário do Senado Federal, a aprovação dos nomes. Que seja por unanimidade, como foi aqui na Comissão de Relações Exteriores.

Solicito urgência para o encaminhamento dos processos para que possamos fazer a votação já na próxima sessão deliberativa de terça-feira.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) - Terça ou quarta-feira poderemos votar em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - Terça ou quarta. Espero que na terça possamos votar.

Srs. Embaixadores, se quiserem permanecer para a segunda parte da reunião serão bem-vindos, mas se tiverem compromissos e quiserem se retirar estão autorizados.

Continuando a nossa reunião da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Item extra pauta.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 59, de 2016

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e demais organizações econômicas sediadas em Genebra.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pronto para deliberação.

Solicito ao Senador Lasier Martins que possa fazer a leitura do relatório como Relator *ad hoc*.

Com a palavra o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) - Obrigado, Presidente Flexa Ribeiro.

O nome do Sr. Evandro de Sampaio Didonet, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo, então, de Delegado Permanente do Brasil na OMC.

Vou fazer uma síntese, Presidente.

O indicado, Sr. Evandro de Sampaio Didonet, nasceu em 28 de dezembro de 1958, em Santa Maria, Rio Grande do Sul. É filho de Antônio José Didonet e de Maria José Antunes de Sampaio Didonet.

Concluiu o curso de preparação à carreira da Diplomacia no ano de 79, tendo se tornado 3º Secretário em 80 e 2º Secretário em 82, por merecimento. Chegou a 1º Secretário em 88, a Conselheiro em 94, a Ministro de Segunda Classe em 99 e a Ministro de Primeira Classe em 2008.

Em sua carreira ocupou diversas funções, com destaque para o de 1º e 2º Secretário na Embaixada de Pequim, 87 a 89; 1º Secretário na Embaixada de Bonn, 89 a 82; Conselheiro na Embaixada de Roma, 95 a 98; Ministro Conselheiro e Encarregado de Negócios em Ottawa, 2001 e 2003; em Washington, 2003 a 2007; Diretor do Departamento de Negócios Internacionais, 2007 a 2012, e Embaixador em Viena desde 2012.

Foi ainda chefe de inúmeras delegações, a exemplo da I Cúpula de Chefes de Estado e de Governo no Fórum de Diálogo na Índia, Brasil, África do Sul (Ibas), e de várias reuniões de negociações de acordo de livre comércio entre Mercosul e Israel. Recebeu diversas condecorações nacionais e estrangeiras.

A OMC, como se sabe, conta atualmente com 162 membros e tem como Diretor-Geral, desde setembro de 2013, o brasileiro Roberto Carvalho de Azevêdo.

Na estrutura da OMC, vale ressaltar o seu órgão de solução de controvérsia, que conta com efetivo mecanismo de solução de controvérsias e é dotado de instância revisora e órgão de apelação.

Em face dos entraves impostos à Rodada de Doha em 2008, pelas divergências havidas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, o Brasil vem tendo atuação destacada, pautada pelo pragmatismo, viabilizando avanços nas negociações.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

É o relatório resumido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - Coloco em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno.

Não havendo mais nenhum item na pauta da reunião de hoje, considero encerrada a reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

Muito obrigado a todos os Senadores que se fizeram presentes à reunião.

(Iniciada às 10 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 57 minutos.)